

O Outro Lado da Moeda

Livro do Seminário Internacional



MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



O Outro Lado da Moeda

Livro do Seminário Internacional

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

Rio de Janeiro

23 a 25 de outubro de 2001

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento oficial do Museu Histórico Nacional. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

Museu Histórico Nacional
Praça Marechal Âncora, s/nº
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20021-200

<http://www.museuhistoriconacional.com.br>

Capa: Mauricio Ennes
Arte na capa: Millie Britto

Catálogo na fonte Biblioteca do Museu Histórico Nacional

S471 Seminário Internacional "O Outro Lado da Moeda"
(2001 : Rio de Janeiro, RJ)
Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro :
Museu Histórico Nacional, 2002.
208 p. : il.; 23 cm.

Seminário realizado no Museu Histórico Nacional
entre os dias 23 a 25 de outubro de 2001.

1. numismática 2. Moedas 3. Brasil História 4. História universal
5. Museu histórico Nacional, Brasil. 6. Casa da Moeda do Brasil .
7. Museo Arqueológico Nacional, Madrid, Es. I. Título

CDD 737

Para o papel moeda, a referência básica é o livro do professor Santos Trigueiros, *Dinheiro no Brasil*. Para terminar, quero lembrar um belo trabalho sobre papel moeda: em 1959, Antonio Pimentel Winz, conservador deste Museu, escreveu uma monografia intitulada "Iconografia do Rio de Janeiro segundo a Coleção Fiduciária existente no Museu Histórico Nacional", que ilustra e comenta dezenas de notas de papel moeda com vistas do Rio; paisagens, panoramas, edifícios e monumentos, desde o Império até nossos dias, com imagens belíssimas da cidade maravilhosa.

O "Outro lado da moeda" na Grécia Antiga

Maria Beatriz Borba Florenzano

A história da invenção da moeda tem sido abordada principalmente a partir da história do dinheiro em geral. Economias *pré-monetárias*, economias *monetizadas*, moedas primitivas, moedas convencionais são expressões empregadas comumente desde o século XVIII e difundidas amplamente em obras já clássicas como *Primitive money in its ethnological, historical and economic aspects*, de P. Einzig¹ (1949 e segunda edição revista em 1966), e *A survey of primitive money: the beginning of currency*, de A. Quiggin² (também 1949). Todos esses termos pressupõem que a criação da moeda foi um divisor de águas na "evolução" dos instrumentos de troca: as economias que operavam sem moedas e as economias nas quais a moeda é componente fundamental. Sociedades em que as trocas são simples e não precisam de moedas e sociedades mais complexas nas quais o comércio e a troca entre os homens atingem um nível de sofisticação que exige a existência de um instrumento intermediário universal – a moeda. Sociedades de economia simples e sociedades de economia de mercado. Assim também, artefatos cujas funções podiam aproximar-se daquelas mais tarde preenchidas pela moeda foram interpretados e classificados em relação a ela como instrumentos "pré-monetários", moedas "primitivas" e assim por diante. A moeda, portanto, aparece como o instrumento de troca e de medida de valor mais completo e os demais objetos são classificados de acordo com a sua maior ou menor complexidade diante da moeda.

A invenção da moeda pelas cidades gregas da Lídia, na Ásia Menor, no fim do século VII a.C., e a adoção da cunhagem no século seguinte pelas *pólis* gregas têm sido interpretadas, com efeito, como etapas de um processo de inovação tecnológica, um passo na direção da maior complexidade atingida pelas sociedades do Mediterrâneo com relação à operacionalização de transações mercantis ou financeiras. A introdução da moeda metálica é, assim, apresentada como consequência praticamente natural de um processo que havia tido início já há vários milênios no contexto de uma longa tradição mediterrânica.

Tradição, em primeiro lugar, de valorização dos metais, que pode ser traçada desde os primórdios da Idade do Bronze nas antigas civilizações do Egito e da Mesopotâmia. Fontes escritas e materiais referem-se muitas vezes à incorporação nos objetos metálicos de valor preferencial já desde o terceiro milênio na Mesopotâmia e no Egito³. Mas a cunhagem de moedas é também informada por uma outra antiga tradição mediterrânica, a de assinar os documentos por meio de punções e marcar a propriedade móvel através do carimbo de símbolos e de imagens. O estudo do aparecimento das primeiras moedas no século VII a.C., no contexto dessas tradições, apresenta uma “evolução” dos instrumentos de troca e das relações comerciais em que a cunhagem é um dos degraus do processo de “desenvolvimento que envolve, mais de uma vez, o ciclo tripartite de inovação, experimentação e aperfeiçoamento” como conclui a estudiosa Miriam Balmuth⁴. Essa especialista, que representa tão bem uma posição arraigada entre os estudiosos, acredita que “o aparecimento da cunhagem lídia é, com efeito, o auge do uso do metal como meio circulante e de sistemas longamente usados de pesos controlados, reunidos em uma nova combinação, resultado de um primeiro passo tentativo, sujeito ao aperfeiçoamento apenas depois de um novo período de experimentação”.⁵ Ainda que os seus principais trabalhos datem da década de 1970, sua obra continua repercutindo entre os estudiosos. Com efeito, durante o Congresso Internacional de Numismática em Berlim (1997), Miriam Balmuth, juntamente com uma discípula, apresentou um trabalho na mesma linha de pesquisa em sessão bastante concorrida e longa⁶.

A idéia de que a introdução da moeda pelas cidades gregas representou um passo a mais e inevitável na longa cadeia das transformações do dinheiro e do desenvolvimento do comércio, pressupondo uma economia de mercado, conta com o respaldo dos numismatas em geral, mas é muito mais enraizada do que à primeira vista possa parecer. Manuais de História Econômica e de História Antiga, exposições e catálogos de Museus e outros veículos de comunicação moderna transmitem esse tipo de informação, mesmo admitindo muitas vezes que o empurrão inicial não tenha sido dado pelo comércio, mas sim por alguma outra razão, como a necessidade de pagar mercenários.

Também as exposições em Museus têm uma preferência por apresentar ao público uma visão evolutiva da história do dinheiro. Na American Numismatic Society, em Nova Iorque, uma das sociedades científicas de maior prestígio entre as que se dedicam ao estudo da numismática, a exposição permanente (aberta até 2000 e atualmente em mudança para um novo espaço) apresenta uma história geral dos instrumentos de troca – The World of Coins –, em que a moeda metálica grega aparece no mesmo patamar que o fumo e as peles entre os indígenas norte-americanos e os cartões de crédito modernos, de plástico. Ainda que muitíssimo mais completa e sofisticada (e mais atualizada, inaugurada em janeiro de 1997), a exposição do Museu Britânico de Londres – The Money Gallery –, cujo acervo reúne as moedas gregas mais importantes do ponto de vista histórico (como as primeiríssimas moedas de que temos notícia ou os tesouros monetários mais bem datados), também apresenta uma disposição que segue uma história generalizante do dinheiro, no qual as emissões monetárias gregas se inserem como uma etapa evolutiva a mais. O livro lançado para acompanhar essa exposição, organizado por J. Williams e editado pela British Museum Press, também percorre a história do dinheiro enfatizando os aspectos modernos de todos os “dinheiros” do mundo. Mais enfático ainda é o título do *Picture Book* n. 12 da American School of Classical Studies at Athens, que apresenta, para o público geral, o material encontrado na ágora de Atenas durante as escavações da Escola americana: *An Ancient Shopping Center: the Athenian Agora!!!*

Não é demais lembrar que esse tipo de visão tira o mérito dos gregos de uma invenção genial que preenchia uma série de necessidades históricas muito específicas. Nicola Parise nos chama a atenção para o fato de que “A superação da prática de trocar contra metais significa também uma novidade no desenvolvimento constitucional”⁷. E é Jean-Pierre Vernant quem afirma: “A moeda, *stricto sensu*, não é mais, como no Oriente, uma barra de metal precioso que se troca por qualquer espécie de mercadoria, porque oferece a vantagem de se conservar intacta e de circular facilmente; tornou-se um signo social, o equivalente e a medida universal de valor. O uso geral da moeda cunhada conduz a elaborar uma noção de valor nova, positiva, quantificada e abstrata do valor”.⁸ Destaque-se nessa passagem do grande helenista o reconhecimento da capacidade da moeda de refletir as transformações profundas que ocorriam no pensamento grego e de ser ao mesmo tempo capaz de potencializar essas transformações.

Deve haver, sem dúvida, muitas razões para a difusão de uma perspectiva generalizante com relação à moeda grega. Uma delas pode ser o fato de que, como a moeda existe até hoje – não sabemos ainda por quanto tempo mais – com o mesmo formato de dois mil e seiscentos anos atrás, ou seja, pequena, redonda, metálica e com impressões de ambos os lados, seja um pouco inevitável transpormos os mecanismos monetários de nossos dias para a Antigüidade e enxergamos naquela época uma economia monetária desenvolvida, um comércio ágil e relações econômicas de mercado, graças à atuação da moeda.

Outra razão é, provavelmente, que a necessidade de explicar o presente levou muitos historiadores a uma interpretação ingênua das fontes antigas, na qual etapas previstas vinham necessariamente umas depois de outras na direção da construção do mundo em que vivemos. O passado é visto como anunciando o futuro, e não em seus próprios termos. Essa é uma visão de História que nos persegue em grande medida desde o século XVIII e da qual é sempre difícil nos desvencilharmos. Apesar do grande avanço científico realizado nos últimos anos pela numismática com relação à análise técnica da composição de tesouros monetários, ao achado regular de mais e mais moedas fracionárias em escavações arqueológicas cada vez mais cuidadosas, ao estudo da composição das ligas metálicas, ao estudo estatístico das emissões monetárias, tem sido difícil incorporar todas as novas informações em uma reflexão única que permita apreender a natureza da moeda grega no contexto específico daquela sociedade.

A compreensão da introdução da moeda nas *pólis* gregas apenas como parte de uma cadeia evolutiva na qual o comércio é apresentado como gradativamente mais complexo e as relações humanas cada vez mais impessoais pode também se dever ao fato de que ainda na Antigüidade o intercâmbio comercial era considerado um fator de crescimento, poder e “progresso”. Tucídides, por exemplo, menciona em várias ocasiões na *História da Guerra do Peloponeso* como se obtinham ganhos e poder através das trocas marítimas e terrestres. Ao tratar da formação de Corinto, por exemplo, diz que “desde os tempos mais remotos, eles mantinham no istmo um entreposto para a troca de mercadorias, porque os helenos de dentro e de fora do Peloponeso, que antigamente se comunicavam mais por terra do que por mar, tinham de atravessar o território coríntio; por isso eles eram poderosos e ricos, como demonstram os poetas antigos que chamavam a

região de opulenta”. Em uma outra passagem, Tucídides associa a importância de uma cidade ao afluxo de mercadorias de todas as partes do mundo: “Nossa cidade é tão importante que os produtos de todas as terras fluem para nós”. Descrições como a que o poeta satírico Hermipos (segunda metade do século V a.C.) faz do comércio ático completam o texto de Tucídides e devem também ter contribuído para a criação de uma tradição de associação da moeda com a complexidade do comércio:

[...] de Cirene vinham o aipo e as peles de bois, do Helesponto o atum e o peixe defumado, da Itália o sal e as costelas de boi, Siracusa oferece vinho e queijo [...] do Egito chega o tecido para velas de barcos e matéria-prima para as cordas, da Síria vem o franco incenso. A bela Creta envia a madeira de cipreste para os deuses, a Líbia boa quantidade de marfim para comprar e Rodes as passas e os figos tão doces quanto os sonhos; da Eubéia vêm as peras e as enormes maçãs e os escravos sem tatuagem; e dos paflagônios tâmaras enviadas por Zeus e amêndoas brilhantes. A Fenícia fornece o fruto das tamareiras e farinha de trigo bem fina, Cartago os tapetes e almofadas de muitas cores.⁹

Também bastante conhecido e estudado é o texto de Aristóteles, *Política*, no qual o aparecimento da moeda está diretamente relacionado às necessidades da obtenção de produtos entre comunidades diferentes. Com efeito, o que os gregos do século V e IV a.C. pensaram a respeito da introdução da moeda e a maneira como fizeram a crítica do curso que tomaram as relações sociais teve uma influência muito forte na construção da moderna Economia Política desde o Iluminismo, de Adam Smith a Ricardo e Karl Marx. Devemos sempre lembrar que a política de Aristóteles já havia sido traduzida no século XIII d.C. e que o próprio Thomas Hobbes havia traduzido para o inglês o texto de Tucídides no século XVII.

Assim, se, por um lado, temos uma perspectiva que pode ser considerada de “senso comum” e apresenta uma explicação simplificada da introdução da cunhagem pelos antigos gregos, devedora em grande medida da tradição textual clássica, temos, por outro lado, alguns estudos especializados, principalmente a partir dos artigos seminais de Édouard Will, *De l'aspect éthique des origines grecques de la monnaie*¹⁰ e de Colin Kraay, *Hoards, small change and the origins of*

coinage¹¹, que têm procurado distinguir outras funções das moedas além daquelas relacionadas à obtenção de bens de subsistência, i.e., funções que podemos definir como “mercantis” ou puramente “econômicas”. A percepção de que os antigos egípcios, mesopotâmicos, fenícios e etruscos – cujo comércio e atividades financeiras são amplamente atestados no Mediterrâneo através de fontes textuais, epigráficas e arqueológicas – cunharam moedas apenas em época tardia e, além disso, a constatação de que a distribuição no Mediterrâneo dos artefatos/mercadorias produzidos pelas cidades gregas não corresponde em nada à distribuição das moedas dessas mesmas cidades levou os especialistas a procurarem outras razões para a adoção e emprego continuado da cunhagem além daquelas estritamente vinculadas às trocas comerciais. Ainda outros têm abordado a cunhagem de moedas e as trocas a partir de uma concepção antropológica mais ampla, partindo mesmo que indiretamente do texto clássico de Mauss e dos trabalhos de Karl Polanyi, especialmente *Archaic and modern economies*¹² e *The livelihood of man*¹³ e naquilo que se refere à Grécia propriamente dita dos ensaios de Louis Gernet¹⁵.

Assim é que, ao lado de uma postura mais generalizada que vê a invenção da moeda como um degrau a mais na evolução dos instrumentos mediadores da troca e que assume que a mera presença da cunhagem de moedas é uma evidência positiva de uma economia de mercado, temos aqueles que proclamam a existência de uma economia engastada e assim vêem a moeda como um elemento não apenas da economia, mas também da política da religião; da cultura, enfim.

O contraste entre os que vêem na Grécia antiga uma sociedade tradicional e aqueles que acreditam no funcionamento do mercado na Grécia desde o século VIII a.C.¹⁶ nos devolve para uma centenária querela a respeito da economia na Antigüidade entre os “primitivistas” e os “modernistas”¹⁷. Mesmo que nos últimos cem anos os termos desse debate tenham se alterado por várias vezes, mesmo que muitos estudiosos da economia antiga sequer se reportem a ele, parece-nos que é em seu contexto que a natureza da moeda grega pode ganhar novas luzes.

Jean Andreau – o grande especialista do sistema bancário romano antigo –, em artigo de 1977¹⁸ comentando as idéias do historiador inglês Moses Finley sobre a economia antiga, lembra como esse debate tem empobrecido nossa interpretação da antiguidade. Ele também faz

votos de que Finley tenha sido o último grande expositor nesse debate. Mas, dezoito anos depois, em 1995, o mesmo autor escreve uma introdução para um volume da revista *Annales*¹⁹ que discute justamente as interpretações primitivistas e modernistas da antiguidade. Outros trabalhos mais recentes voltam sempre à mesma temática apenas para lembrar que esse debate está bem vivo e propondo uma reflexão sobre a antiguidade, sempre com novas nuances. Tome-se como exemplo o livro de Thomas Figueira, publicado em 1998, a respeito do “Decreto ateniense”. Ali lemos que “A emergência da atividade empresária e a diferenciação do comportamento econômico e dos papéis socioeconômicos que tipificam o fim da época arcaica na Grécia fundamentava-se em razões monetárias”²⁰. Edward Cohen, em seu livro de 1994 a respeito das atividades bancárias atenienses do século IV a.C., argumenta muito convincentemente que a estrutura de crédito criada pelos bancos transformaram a sociedade e a economia de tal modo que favoreceram a economia de mercado²¹. William Loomis argumenta na mesma direção em um livro de 1998 sobre salários, custos sociais e inflação na Atenas clássica. Essa pesquisa o levou a reconhecer a partir de 412 a.C. a existência de um mercado de trabalho consolidado controlado pelo mecanismo de oferta e procura²². Ainda um outro exemplo é a sugestão de David Tandy de que na Grécia do século VIII a.C. “o sistema redistributivo e de reciprocidade em que todas as pessoas tinham sua subsistência assegurada foi substituído por um sistema em que os mercados eram importantes para a sobrevivência, talvez até mesmo cruciais”.²³

Por outro lado, o caráter de entranhamento da sociedade grega, não apenas durante o período arcaico, mas também durante a época clássica e helenística, foi bastante enfatizado em obras de autores como Sally Humphreys, David Konstan e por pesquisas desenvolvidas por um grupo de pesquisadores suecos cujas figuras principais são Carole Gillis e Tulia Linders e também por Richard Seaford, Christopher Gill e Norman Postlewaite, Sitta von Reden e outros que andaram pesquisando os vários aspectos da reciprocidade, como sistema de integração social e das trocas na Grécia antiga.

O exame sistemático das fontes textuais, como o tratamento que Richard Seaford dá ao dinheiro, em um artigo de 1998, ou como aparece no trabalho de Sitta von Reden²⁴, demonstram como,

ao menos do ponto de vista da ideologia, podemos falar em uma sociedade em que a economia monetária já tem importância, mas que é ainda engastada mesmo no século V a.C., uma vez que mecanismos tradicionais de circulação de bens, fundamentados na reciprocidade e na redistribuição, ainda são predominantes em muitas esferas sociais.

Como fica evidente, portanto, o debate entre primitivismo e modernismo está longe de acabar, ainda que agora possa ser postulado em termos diferentes daqueles de seu surgimento, no fim do século XIX. E esperamos que, apesar da expectativa de Jean Andreau, Sir Moses Finley não seja a última grande testemunha dessa controvérsia, pela simples razão de que esse é um debate bastante frutífero e tem auxiliado a construir um melhor entendimento de como funcionava a sociedade na Grécia antiga.

Minha intenção neste texto é situar as moedas nessa controvérsia, não apenas a idéia de moeda, mas a moeda como artefato, objeto. Retomemos, apenas à guisa de ênfase, os termos desse debate: de um lado, temos uma economia em que relações tradicionais fundamentadas na reciprocidade e na troca de presentes são predominantes, nesse caso podemos falar em uma economia engastada cuja lógica escapa ao nosso raciocínio; do outro, temos uma economia em que o mercado dá o tom à maioria das relações, que por sua vez são despersonalizadas e obedecem, supostamente, a uma maneira racional de pensar. Moedas e cunhagem foram vistas normalmente como elementos típicos do mercado, introduzidas em uma sociedade tradicional em que participam de um processo de transformação das relações em direção ao mercado. As moedas foram consideradas elo entre as sociedades tradicionais e as sociedades de mercado, mas são sempre caracterizadas como símbolos natos das relações de mercado, até mesmo por aqueles que acreditam que a economia grega era completamente engastada nas relações sociais. A simples presença física de moedas, especialmente das pequenas denominações, é geralmente interpretada como marca da presença do mercado²⁵.

Essa é, na verdade, uma questão de sutileza e nuance. Se analisarmos as moedas do ponto de vista de um arqueólogo, interessado, como eu, na verdadeira natureza desse artefato na Grécia arcaica e clássica, perceberemos que essa é uma categoria de objeto muito contraditória, ambivalente e ambígua de todos os pontos de vista. As moedas têm, com efeito, resistido a qualquer sistematização lógica ou mais precisa.

Essa ambigüidade se torna evidente, em primeiro lugar, quando percebemos quanto tempo demorou para que os gregos criassem uma palavra que definisse especificamente a moeda. As fontes literárias e epigráficas apresentam tanto a palavra *chremata* quanto a palavra *nómisma*. O termo *nómisma*, que mais tarde, na Antigüidade, especializou-se para designar moeda, começa a ser empregado cem anos ou até mesmo mais depois da invenção da moeda e mesmo assim, muito timidamente. Riqueza, no século V a.C., é ainda denominada de *chremata* e essa palavra era empregada para designar muitos tipos de riqueza, entre elas a própria moeda.

A ambigüidade pode ser também detectada quando consideramos o aspecto mais significativo da moeda, sua iconografia. Com efeito, os tipos monetários gregos têm desafiado os especialistas desde a Renascença. Normalmente, as imagens monetárias são interpretadas como imagens simbólicas ou emblemáticas, relacionadas à autoridade emissora das diferentes *pólis* gregas. Nos períodos arcaico e clássico, as moedas trazem imagens de características geográficas locais de uma cidade e especialmente as imagens de divindades e de seus atributos (fig. 1). De modo geral, estas têm sido interpretadas como uma demonstração da religiosidade do grego antigo ou como uma indicação segura da presença de determinado culto em uma cidade. Esse tipo de interpretação, no entanto, deixa de lado um sem número de imagens que simplesmente não se encaixam nesse modelo interpretativo. O que significa, por exemplo, na cunhagem de Metaponto (fig. 2), uma espiga de trigo com um gafanhoto, a principal praga que assola esse tipo de plantação? Ou então que sentido tem o touro (fig. 3) na cunhagem da cidade de Síbaris no sul da Itália? Serão esses produtos locais? Porque colocam os tebanos um escudo como emblema em suas moedas? Trata-se de um símbolo simplesmente militar (fig. 4)? Que tipo de cena será essa sobre as moedas de Caulônia (fig. 5), colônia grega do sul da Itália? Ou essa (fig. 6) em uma moeda de época clássica da cidade de Himera? Que sentido faz empregar a imagem de um monstro terrível como o Minotauro (fig. 7), que a cada ano se alimentava de sete moças e sete rapazes, como tipo monetário da cidade de Cnossus em Creta? E o que seria esse rosto (fig. 8) sobre o caranguejo da cidade de Acragas na Sicília? Será apenas uma idiosincrasia do artista?



Fig. 1 a A partir de diapositivo da American Numismatic Society.

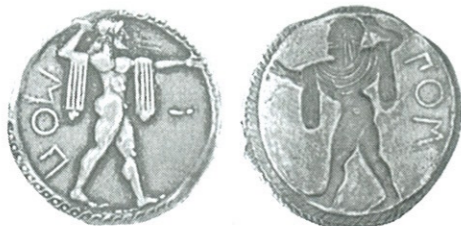


Fig. 1 b A partir de diapositivo da American Numismatic Society.



Fig. 2 A partir de C. Kraay Archaic and Classical Greek Coins. Londres, 1976



Fig. 3 A partir de C. Kraay Archaic and Classical Greek Coins. Londres, 1976v



Fig. 4 A partir de slide da American Numismatic Society.



Fig. 5 A partir de C. Kraay Archaic and Classical Greek Coins. Londres, 1976

Tenho certeza de que aqui há muito mais significado que uma simples interpretação religiosa ou cívica para esses tipos monetários. A análise dos tipos monetários a partir de uma perspectiva mais abrangente, que considere o contexto da arte religiosa e dos objetos emblemáticos na Antiguidade grega e proceda a uma comparação dessas imagens com aquelas presentes em objetos como os escudos, os troféus, os selos, as gemas e os anéis, pode trazer à luz aspectos de sua imagética ainda não percebidos. Podemos afirmar, por exemplo, que os gregos atribuíam poderes mágicos às imagens que criavam e que isso incluía as imagens monetárias. Esse tipo de afirmação fundamenta-se em estudos a respeito da eficácia que os gregos atribuíam à Arte, já que então – diferentemente da arte contemporânea – a arte não possuía uma função decorativa, e isso ao menos até o século IV a.C.²⁶. Com efeito, a necessidade de afastar o mal, o que denominamos de apotropaimo, era um elemento indispensável da imagética grega, especialmente quando objetos simbólicos ou emblemáticos estavam envolvidos. E, sem sombra de dúvida, as moedas pertencem a essa categoria de objeto. Assim, é possível atribuir princípios de eficácia mágica a toda uma série de tipos monetários que foram até hoje explicados de maneira simplista.

Na mesma linha de argumentação, não são poucos os tipos monetários que podem ser considerados como divisas com fins de reenergizar os rituais e promover o contato com a esfera do sagrado. Jean Bayet há muito tempo já havia chamado a atenção para a moeda de Caulônia, em que uma pequena figura parece correr em direção oposta a Apolo (fig.5). Com efeito, esse grande especialista acreditava que essa era a representação do duplo de Apolo, uma emanção divina relacionada à natureza do deus e acompanhada dos outros atributos dessa divindade, o cervo e o ramo de louro. Nessa perspectiva, a moeda de Himera que mencionamos há pouco (fig. 6) pode também ser interpretada não apenas como cena de sacrifício em um altar, mas como repetição contínua do ritual, com a finalidade de provocar a recarga de energias²⁷. A representação de monstros como tipos monetários pode também ter um sentido que envolva a eficácia mágica. Podem ser interpretados à luz do princípio bem conhecido do *igual afasta o igual*. Isso significa que, ao representar um monstro, a intenção é neutralizar seu poder maléfico por meio de sua própria representação, e assim a imagem atua como um amuleto²⁸ (fig. 9 e 10).



Fig. 6 C. Kraay Greek Coins , Londres, 1964.



Fig. 7 A partir de diapositivo da Biblioteca Nacional de Paris.



Fig. 8 C. Kraay Greek Coins , Londres, 1964.



Fig. 9 A partir de diapositivo da Biblioteca Nacional de Paris.



Fig. 10 A partir de diapositivo da Biblioteca Nacional de Paris.

O fato de os gregos terem escolhido o metal para a emissão de moedas também merece consideração. Afora todas as vantagens racionais envolvidas nessa escolha – sabemos da durabilidade dos metais, sua divisibilidade, sua possibilidade de reaproveitamento –, facilmente reconhecíveis pela mente moderna, o uso do metal como mercadoria preferencial está enraizado em uma tradição mediterrânea muito antiga, muito anterior à invenção da moeda. Tradição essa que incorporava também à riqueza um valor mágico, como foi muito bem demonstrado por Louis Gernet ao tratar de alguns objetos especiais – os *agálmata* –, como o anel de Policrates, o colar de Eryphile ou ainda o velo de ouro²⁹. Esses eram objetos que, como Gernet mostra, se acreditava que tivessem suficiente poder para provocar o mal ou proteger o portador, como se fossem talismânicos. O colar de Eryphile deveria trazer a desgraça para qualquer um que o aceitasse como dom e o velo de ouro dava ao portador não apenas poder, como também proteção contra todos os males. Servet chama nossa atenção para o fato de o trabalho com os metais ser um trabalho que envolvia várias etapas consideradas mágicas, justamente por ser extremamente especializado e requerer uma série de conhecimentos tecnológicos aos quais nem todos tinham acesso³⁰. Moedas, como objetos de metal, são também informadas por esse tipo de qualidade. Os contextos arqueológicos também podem ser reveladores da natureza das moedas antigas, de suas funções e de seus usos, apesar de que, ao que tudo indica, elas terem sido pouco perdidas na Antigüidade. A maioria das moedas que hoje conhecemos e que são preservadas em Museus e em Gabinetes Numismáticos provém de tesouros encontrados a esmo ou então de coleções muito antigas.

As ágoras, como eram chamadas as praças de mercado na Grécia antiga, seriam os locais ideais para encontrar boas quantidades de moedas, se é que acreditamos de fato em suas funções estritamente comerciais. Mas, se tomarmos como exemplo as escavações da ágora de Atenas (que, diga-se de passagem, foi escavada intensamente e com muita sistematicidade), veremos que ali foram encontradas no total 16.000 moedas e, destas, apenas 84 são de época arcaica ou clássica.

Outro contexto muito explorado por arqueólogos são os cemitérios, as *necrópleis*. Os enterramentos de época arcaica e clássica, na Grécia propriamente dita ou nas áreas coloniais gregas, trazem pouquíssimas moedas. Nem mesmo a moedinha que deveria servir para que o morto pagasse a barca de Caronte e que, de acordo com as fontes textuais, era sempre oferecida, é achada nos túmulos³¹. O estudo dos enterramentos de época arcaica e clássica na Ática – região onde se situava Atenas – registra que em apenas 4% deles foram achadas moedas. Temos, entretanto, alguns contextos de moedas que foram registrados em escavações arqueológicas ou que são recuperáveis a partir de achados esporádicos ou ainda que foram mencionados nos textos antigos. Esses contextos estão, de uma forma ou outra, relacionados aos espaços sagrados, pertencentes às divindades, e são, em especial, santuários ou depósitos e poços em templos. O numismata italiano Stazio, ao analisar os tesouros monetários provenientes do período arcaico e do início do clássico na Itália do sul, percebeu que os únicos tesouros com contexto arqueológico preciso eram aqueles encontrados em depósitos votivos³². Em uma pesquisa muito diferente – a análise sistemática da totalidade de textos antigos e das fontes arqueológicas e epigráficas relativas às atividades bancárias na Antigüidade grega –, o especialista belga Raymond Bogaert pode demonstrar que durante os séculos V e IV a.C. os templos e os santuários eram responsáveis pelos principais depósitos de moedas, tanto provindos da administração pública quanto de cidadãos privados. Bogaert³³ registra também que, muitas vezes, esses templos, além de atuar como instituições de depósitos, se responsabilizavam igualmente por empréstimos com taxas baixas de juros. O prof. Tony Hackens, que publicou muito das moedas encontradas nas escavações promovidas pela Escola Francesa de Atenas, registra, por exemplo, o achado de um bom grupo de moedas, de discos monetários e de restos de metais no interior de um templo em Argos, datado de contexto do século III a.C. Hackens vê aqui a possibilidade de existência de uma oficina monetária dentro do templo ou talvez – com maior probabilidade – o resultado de uma consagração de objetos fora de uso envolvidos na produção de moedas³⁴. Essa interpretação encontra apoio em várias inscrições áticas datadas por Louis Robert de 406 a.C. e por Melville Jones ao início do século IV a.C. Esses textos e vários outros datados principalmente do século IV a.C. registram bigornas, martelos, cunhos (mesmo quebrados e impossí-

veis de serem usados) e também moedas falsificadas, guardados todos em caixas de madeira, selados pela autoridade pública e guardados em templos³⁵. Nesse sentido, o conhecido decreto de Nicofonte – uma inscrição epigráfica ática datada provavelmente dos anos 370 a.C. – é um exemplo bastante completo. Ali lemos que “se tiver o núcleo de bronze ou de chumbo, ou se for falsificada, que o *dokimastes** a corte pelo meio imediatamente e que seja consagrada à Mãe dos deuses e que ele a deposite na Boulé”.³⁶ O que é mais interessante é que, de fato, moedas falsificadas e cortadas ao meio foram encontradas durante as escavações do *Metreon* (templo da Mãe), em Atenas. Assim, temos suficiente evidência para afirmar que, muitas vezes, ferramentas de cunhagem, usadas ou quebradas, discos não utilizados e moedas falsificadas eram consagrados em santuários ou locais sagrados, talvez por segurança, mas também de sorte a neutralizar seu poder maléfico e, assim, torná-los ineficazes.

Considerando o caráter desses pequenos objetos metálicos, as moedas: sua iconografia tão complexa, a natureza mágica do material de que eram fabricadas, os contextos arqueológicos sagrados em que foram encontradas, será que podemos afirmar com segurança que as moedas eram claramente instrumentos do mercado? Ou que sua natureza correspondia a necessidades fiscais precisas? Ou que foram cunhadas para servir a uma administração monetarizada? Será possível afirmar que a mera presença de pequenas denominações implica necessariamente o desenvolvimento de uma economia racional de mercado?

Pode ser, de fato, que ela tenha sido tudo isso. Mas é fundamental assinalar que essas não eram as únicas preocupações dos gregos ao emitirem suas moedas. As moedas tinham uma natureza muito especial e eram objetos que atuavam em várias frentes.

Sitta von Reden escreveu que “os estudos mais interessantes são aqueles que consideram que o dinheiro criou um novo conceito de valor que, por sua vez, transformou tanto o pensamento quanto à troca”³⁷.

* *dokimastes* era o funcionário encarregado de testar as moedas, verificando sua autenticidade e a qualidade da prata.

Eu diria que a sociedade grega elaborou uma nova concepção de valor e a moeda – e não o dinheiro em geral – entrou para expressá-la. Digo moeda porque, de fato, o *one purpose money*^{*}, se formos acompanhar a definição elaborada por Polanyi, existiu muito tempo antes da cunhagem de moedas metálicas. A moeda é, potencialmente, o primeiro *all purpose money*. Acredito que a cunhagem de moedas tenha sido uma invenção irresistível e adotada tão rapidamente por tantas *póleis* porque se adequava perfeitamente ao processo mais amplo de codificação que teve início já desde o século VIII a.C.³⁸ Efetivamente, podemos dizer que a cunhagem é a consequência da passagem de uma noção concreta de valor para uma noção abstrata de valor, uma noção universal, positiva³⁹. A intervenção direta/física das moedas na troca não foi, nesse sentido, uma necessidade vital. E isso explicaria o porquê de as moedas não terem sido emitidas em quantidades suficientes para suprir todas as trocas comerciais que ocorriam. O fato de que as moedas existiam como maneira de avaliar bens e serviços era suficiente. Na relação tradicional, pautada pelo prestígio, troca de dons, reciprocidade, redistribuição, os objetos que circulavam tinham um *pedigree*, uma história própria. Além disso, circulavam em esferas restritas. A cunhagem podia potencialmente transformar tudo isso, misturando objetos de *pedigrees* diferentes e misturando esferas sociais, já que era um *all purpose money*⁴⁰. Entretanto, essa potencialidade – insuspeitada no início – de dissolver valores e relações tradicionais não será realizada até muito tempo depois da introdução das moedas. A própria demora na aceitação da fiduciaridade fala a favor dessa idéia. A sociedade grega tinha ainda de passar por muitas transformações antes que a cunhagem de moedas preenchesse todas as suas potencialidades. Essas transformações foram ao mesmo tempo provocadas pela existência de um *all purpose money*, pela existência da moeda. Durante todo o período arcaico e clássico, a moeda participou e era um elemento típico de uma sociedade fortemente engastada em que honra, prestígio e religião misturavam-se no funcionamento das relações de troca entre os homens.

* O *one purpose money* pressupõe que há 'dinheiros' que permitem a aquisição de bens específicos e o *all purpose money* permite a aquisição de qualquer bem ou serviço.

A capacidade da moeda de atuar em um ambiente fortemente caracterizado por relações tradicionais e de circular no sistema de dons e contra-dons e, ao mesmo tempo, promover as relações de mercado é o que marca sua natureza tão ambígua e multifacetada.

Notas

1. EINZIG, P. *Primitive money: In its ethnological, historical and economic aspects*. Nova Iorque, Pergamon Press, 2ª ed., rev. 1966 (1ª ed., 1949).
2. QUIGGIN, A. H., *A survey of primitive money: The beginning of currency*. Londres, Methuen, 1949.
3. EINZIG, P. *Op. cit.* P. 187-214.
4. BALMUTH, M.S. "Remarks on the appearance of the earliest coins". In MITTEN, D. et al. (eds.) *Studies presented to G.M.A. Haufmann*. Fog Art Museum. Monographs in Art and Archaeology II. Verlag Philipp von Zabern, 1971 (1-7). P. 1.
5. Idem. P. 7.
6. BALMUTH, M.S. et. al. Comunicação s/ título citado. In: *Resumos*. Congresso Internacional de Numismática. Berlim : 1997. P. 54.
7. PARISE, N. "Intorno alle riflessioni di Myriam Balmuth sugli inizi della monetazione". *Dial. Arch.* (VII, 1973 : 382-391) P. 390.
8. VERNANT, P. *Origens do pensamento grego*. São Paulo : Difel, 1972. P. 314.
9. Cf. Meineke. *Fragmenta comicorum graecorum*. Fr. 63.
10. WILL, E. «De l'aspect ethique des origines grecques de la monnaie". *Revue Historique*, 1954.
11. KRAAY, C.M. "Hoards, small change and the origins of coinage". *JHS*, 1964 (76-91).
12. Ver POLANYI, K. *Primitive, archaic and modern economies : Essays* (org. George Dalton). Boston, Beacon Press, 1968. Especialmente: "On the comparative treatment of economic institutions in Antiquity with illustrations from Athens, Mycenae and Alalakh" (P. 306-334) e "The semantics of money uses" (P. 175-203).
13. _____. *The livelihood of man*. Nova Iorque, Academic Press, 1977.
14. GERNET, L. "La notion mythique de la valeur en Grèce" *Journal de Psychologie* (1948). P. 415-462.
15. Utilizamos 'engastado' como tradução de *embedded*, para indicar uma sociedade em que as esferas do econômico, do político e do social e cultural encontram-se misturadas, sobrepostas (Ver Mauss e Polanyi).
16. TANDY, D.W. *Warriors into traders : The power of the market in Early Greece*. Berkeley, University of California Press, 1997.
17. Sobre o assunto, ver WILL, E. De l'aspect... *Op. cit.*; ver também Austin e Vidal Naquet.
18. ANDREAU, J. "M.I. Finley, la banque antique et la banque moderne". *ASNSP* (1977 : 1129-1152). P. 1152.

19. ____ "Présentation". *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. (Set.-oct., 1995, n.5 – L'économie antique), 947-960. P. 948.
20. FIGUEIRA, T. *The power of money : Coinage and Politics in the Athenian Empire*. Philadelphia, Univ. of Pennsylvania Press, 1998. P. 549.
21. COHEN, E.E. *Athenian economy and society : A banking perspective*. Princeton : Princeton Univ. Press, 1992.
22. LOOMIS, W.T. *Wages, welfare costs and inflation in Classical Athens*. Ann Arbor (Michigan, EUA) : The Univ. of Michigan Press, 1998.
23. TANDY, D.W. *Op. cit.* P. 2.
24. SEAFORD, R. "Tragic Money". *JHS* : 1998; REDEN, S. v. *Exchange in Ancient Greece*. London, Duckworth, 1995.
25. DAVIES, J. K. "Greece after the Persian Wars". *Cambridge Ancient History*. Vol. V. Cambridge : University Press, 1992 (15-34). P. 24.
26. SPIVEY, N. *Understanding greek sculpture*. Londres : Thames and Hudson, 1997.
27. BAYET, J. "L'expression des énergies divines dans les monnayages des grecs". *Idéologie et Plastique*. Coll. École Française de Rome, n° 21, 1974.
28. FLORENZANO, M. B. B. "Anotações sobre a representação de monstros nas moedas gregas". *RevMAE* (5, 1995, 223-234).
29. GERNET, L. *La notion mythique... Op. cit.*
30. SERVET, J.M. *Nomismata : État et origines de la monnaie*. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 1984. P. 25-26.
31. KURTZ, D. e BOARDMAN, J. *Greek burial customs*. Londres : Thames and Hudson, 1971. P. 11.
32. STAZIO, A. "Considerazioni sulle prime forme di tesaurizzazione monetaria nell'Italia meridionale". *CIN*(1980). Berna : 1980. P. 63.
33. BOGAERT, R. *Banques et banquiers dans les cités grecques*. Leyde : 1968. P. 279ss.
34. HACKENS, T. "Un atelier monétaire dans un temple argien?" *BCH* (Suppl. VI, 1980 -Études argiennes), 279-294. 1980. P. 293-294.
35. Cf. MELVILLE JONES, J.R. *Testimonia Numaria*. Londres : Spink, 1993. Vol. I, n. 169; 170; 186; 185; 161; 165; 166; 174; 178; 179; 185.
36. Apud STROUD, R. "An Athenian law on silver coinage" *Hesperia* (1974), 157-188. P. 159.
37. Cf. REDEN, S. v. *Exchange... Op. cit.* P. 172.
38. Ver WILL, E. *De l'aspect éthique... Op. cit.* P.455ss; VERNANT, P. *Origens Op. Cit.* P. 67.
39. PARISE, N. *Intorno alle riflessioni... Op. cit.* P. 388.
40. Ver BOHANNAN, P. "The impact of money on an African Subsistence Economy". In: Dalton (ed.) *Tribal and peasant economies*. New York, Natural History Press, 1967; FRANÇA, L.M. *Transformações da noção de valor na Mesoamerica : "objetos preciosos" e seu encontro com a moeda metálica*. São Paulo : USP, 1999. Dissertação de mestrado não-publicada.

A palavra "valor" tem duas acepções fundamentais no uso corrente das línguas ocidentais: um sentido "moral" e um sentido "econômico" ou "monetário". Essas acepções são comumente percebidas como antitéticas ou mesmo excludentes. Dois de seus adjetivos derivados – "valioso" e "valoroso" – podem bem representar essa convivência de significados opostos sob o mesmo significante. A palavra "valioso" expressa o sentido econômico ou monetário do termo, aquilo que se diz de algo que tem valor de troca, de mercado, representável em dinheiro. A palavra "valoroso" expressa o sentido moral, abrangente, do termo – evocando o universo do desempenho pessoal, da coragem e da "honra".

Efetivamente, a história da emergência do valor econômico ou monetário pode nos demonstrar com clareza como ele se distinguiu contra o pano de fundo dos valores abrangentes que sustentam toda a vida social, ao mesmo tempo concentrando nas imagens marcantes da moeda e do mercado o modo mais evidente de materialização do valor e sua mais inquietante antítese e ameaça.

Chamarei aqui ao sentido mais primordial, abrangente e moral, de "valor" apenas, e ao sentido mais restrito, mercantil, de "antivalor", para chamar a atenção sobre a carga negativa de que se tem revestido regularmente essa outra dimensão da distribuição diferencial da significação nas sociedades humanas. Isso é tanto mais notável nas sociedades nacionais modernas, em que a onipresença institucional e a alta legitimidade ideológica do mercado poderiam fazer crer em uma relação mais unívoca e positiva com os valores monetários. Como é possível que ainda se diga que "o dinheiro não é tudo na vida" em uma cultura em que a mercantilização e a monetarização penetraram em todo o espaço social e estruturaram o essencial dos modos de vida descritos como "modernos"?

É um dos temas mais instigantes da investigação sobre a história da vida social o da emergência dos fenômenos que hoje chamamos de "econômicos". Sérias polêmicas cercam essa pesquisa,